

## A creolina de Temer e a agonia do PT

VINICIUS TORRES FREIRE

Michel Temer e os líderes do governismo estão quase impacientes para começar a campanha eleitoral, a deles mesmos ou a de seus grupos, deixando a reforma da Previdência à morte, sem foguete, sem retrato e sem bilhete, sem luar, sem violão.

Lula e o PT tentam atravessar as pinguelas de ligação que restam com o mundo judiciário a fim de conseguir um acordão: Lula fora da prisão, mas também da eleição.

Os poucos financistas e políticos graúdos adeptos de Luciano Huck voltaram a discutir o modo e o tempo de relançar e tutelar o apresentador de TV, ainda mais depois da constatação de desnorteio e indiferença do eleitor em relação aos presidenciáveis, vide o Datafolha.

O resultado das duas batalhas políticas relevantes do início do ano, o caso Lula e a reforma, é ainda mais indeciso do que se previa. Força nova e ora sem direção é o efeito da recuperação econômica, pequeno, mas que será cada vez mais notável até a prévia de definição de candidaturas, em abril. O governismo, PSDB inclusive, por ora não leva jeito de se aproveitar das melhorias.

É difícil acreditar que Temer tenha alguma ilusão presidencial em 2019, mas o presidente vai lançar em março campanha de propaganda com o objetivo de passar creolina na sua imagem e na de seu governo. Não quer ser tratado como repelente pelos candidatos. A propósito, creolina é um odorífero desinfetante do tempo do onça e da mesóclise.

Temer e a turma do Planalto estão animados também com a possibilidade de gastar um pouco mais de dinheiro do Orçamento neste ano em que, dizem, o arrocho seria mais contábil do que real.

Rodrigo Maia, presidente da Câmara e um semi-primeiro-ministro de Temer, quer se livrar do bodum da reforma previdenciária que estrebucha e começar também em março isso que se chama de agenda positiva no Congresso. É o programa de campanha de sua chapa, seja lá o que venha a ser sua candidatura, mas de qualquer modo propaganda de seu grupo e de fortalecimento da imagem do novo líder nacional.

A cúpula do PT continua a apresentar rachaduras. Passa a demonstrar dificuldade de abafar os gemidos de irritação e agonia com o risco de indefinição duradoura do

partido. O petismo de elite nem sabe o que falar às ruas nem tem estratégia nova de campanha e aliança políticas em um ano que provavelmente já seria de dizimação eleitoral, mesmo sem o atual desnorteio partidário.

Constrangidas, lideranças mais amenas do partido mandaram mensagens de arrego e conciliação a ministros do Supremo, que nem todos vêm com maus olhos esse arremedo de beija-mão petista, como foi possível apurar. Além do mais, há o rumor de que esses petistas procuram decanos e eméritos da política brasileira a fim de conseguir apoio para o alívio das penas de Lula, mas este jornalista não conseguiu ouvir nada de concreto a respeito.

Henrique Meirelles, o outro semi-primeiro-ministro de Temer, continua na luta. Quer crer para ver o que se passa até março, abril, como, aliás, o diz em público. Pelo menos em conversas reservadas diz que se vai bater pela reforma da Previdência até novembro. Suas esperanças são as últimas que morrem.

Lá fora, de vez em quando, passam nuvens de crise financeira. Tomara que não chova.

## A farsa da campanha contra a reforma da Previdência

O governo Temer acumula avanços importantes, por exemplo, na reforma trabalhista e na aprovação da emenda constitucional que instituiu o teto para o total dos gastos públicos primários, barreira essencial para forçar a contenção das despesas.

Porém, a mais importante das reformas, a da Previdência, principal causa da impossibilidade de se equilibrarem as contas públicas, para conter o crescimento da dívida em proporção do PIB, tem sérias dificuldades para decolar. É um tema difícil em qualquer país, mas no Brasil tem enfrentado especial resistência.

Pelo desregramento fiscal do lulopetismo, iniciado no final do segundo governo Lula e aprofundado por Dilma Rousseff até o impeachment, a dívida, que estava em 50% do PIB, em quatro anos chegou a 74%, enquanto o bloco de economias emergentes oscila na faixa dos 45%. E, até ser iniciada a reforma da Previdência, esta corrida para o precipício continuará.

As razões da inevitabilidade da reforma são sólidas e evidentes: a possibilidade da aposentadoria por tempo de contribuição permite a formação de um grande contingente de adultos de meia idade aposentados (na faixa dos 50 anos), com uma expectativa de vida adicional para além dos 80, sem que haja recursos para financiar os benefícios.

Daí a imperiosidade da criação do limite de idade, como na expressiva maioria dos países, para que se requeira o benefício (65 anos, nos homens ; 62, mulheres). Numa transição feita de forma escalonada, suave. Mas o governo perde feio a guerra da informação. As corporações sindicais, principalmente de servidores públicos, conseguem passar a ideia de que se trata de uma reforma contra “os pobres”.

Uma farsa. Na quarta, a “Folha de S.Paulo” trouxe foto de uma manifestação de sindicalistas contra a reforma, coreografada por idosos em cadeiras de rodas e em camas de hospital, supostas vítimas das mudanças na Previdência. Ora, as pessoas com aposentadoria básica, de um salário mínimo, de baixa renda, procuram o INSS aos 60 anos, porque não ficam muito tempo em empregos formais. O limite de idade, na prática, já vale para elas.

Quem não se interessa pela reforma são os que têm renda na faixa de seis e sete salários, e se aposentam aos 50 anos. Um grupo representado por sindicalizados que protestam em nome do “povo”. Basta observar quem lidera passeatas. Não há pobres.

Castas as mais diversas do funcionalismo também rejeitam a ideia, justa, de que a Previdência tem de ser igual para todos, e que cada pessoa/categoria deve constituir sua poupança em fundos de pensão, para complementar a futura aposentadoria.

Desejam permanecer sustentados pelos contribuintes, o que não é mais possível. No encontro promovido pelo GLOBO, quarta-feira, na série “E agora, Brasil?”, com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, e o economista José Márcio Camargo, da PUC, foram apresentados números acachapantes.

Por exemplo: o Brasil tem a parcela de 11% da população formada por idosos; o Japão, 30%, mas os dois países gastam os mesmos 14% do PIB em aposentadorias. Algo muito errado acontece na Previdência brasileira, mas o discurso de castas em geral e as do funcionalismo em particular não tem sido retrucado à altura pelo governo. Números não faltam.